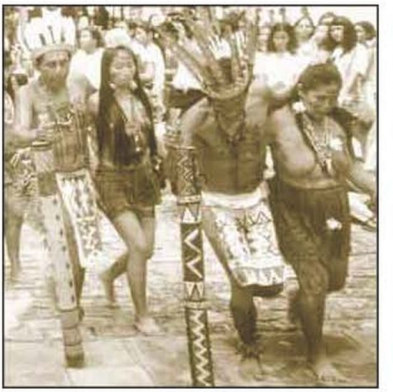
Etnias Indígenas no Amazonas (Arminda Mendonça)



Habitantes imemoriais do solo brasileiro, desde o momento da conquista e colonização do território, a população autóctone foi alvo de interpretações distorcidas. Algumas românticas, outras preconceituosas e até mesmo errôneas. Basta lembrar da própria denominação dada pelos portugueses à população local, no momento em que aportaram as terras brasileiras: índios. A justificar a "alcunha", o pensarem ter chegado a Índia (País) e como tal, os filhos do lugar não puderem ser outros que não os índios.

A notícia da nova terra, provocou grande celeuma e curiosidade, dando início a um calvário sem fim, vivido por esses povos, aumentando a lista de distorções encontradas na literatura produzida pelos cronistas viajantes de todos os tempos.

No raiar do século XXI o panorama não mudou significativamente. O número de pesquisas e pesquisadores é mínimo. Sem uma política consistente para o setor, as pesquisas, na maioria, tem ocorrido em função da exigências acadêmicas de dissertações de Mestrado e teses de Doutorado. Nesta última, principalmente pela necessidade de tema original. Algumas, limitando-se a reinterpretações e releituras da literatura existente ou, aquelas, mesmo de gabinete ou campo, realizadas por estrangeiros, que são apresentadas nas Universidades dos países de origem, contribuindo para que os vazios informacionais se ampliem. Por outro lado, mesmo a escassa bibliografia, fica restrita aos meios acadêmicos (Graduação e Pós, latu e strictu), já que o discurso é técnico. Aumentando mais ainda as possibilidades de interpretações absurdas. E os livros didáticos? Esses, reprodução da fala do conquistador, impingem ao alunado do Ensino Fundamental e Médio, informações disparatadas que, secundas pelos dados veiculados pela mídia, também pouco afeita a essa área do conhecimento humano, ampliam em grandes proporções o desconhecimento da sociedade como um todo. Estas as razões, deste texto, baseado exclusivamente em ESTIMATIVAS, quando se tratar de números.

De acordo com os dados mais recentes, existem no Brasil, 206 etnias distintas, cujo contingente populacional é constituído de aproximadamente 270.000 pessoas, o que em outras palavras significa, 0,2% da população nacional. A esses 206 devem ser acrescidos os "indícios" de 54 grupos isolados, ou seja, sem contato com a sociedade envolvente, ou seja, os não índios. Os conhecidos falam 180 línguas distintas, que por sua vez estão agrupadas em 35 famílias lingüísticas, pertencentes aos troncos Tupi, Macro-Jê, Aruak, Caribe, Pano.

No Amazonas, são 62 etnias diferentes, constituídas de aproximadamente 87.000 pessoas, as quais devem ser computados 12 grupos isolados (a maior parte na região do Vale do Rio Javari) e 52 "Terras Indígenas" sobre as quais não se tem registro, afora aqueles habitantes das três sedes municipais (os desaldeados), inclusive a capital, Manaus. Os 86.000 conhecidos ocupam 171 "Terras Indígenas", que juntas compõem uma área de aproximadamente 28.190.262ha, o que equivale a mais ou menos 1/3 de todas as terras indígenas do País.

No Brasil, das 180 línguas existentes, mais de 60 são falados no Amazonas, sendo que muitas delas são exclusivas da região e dos países limítrofes (casos da língua Yanomami, Tukano, Waimiri Atroari etc).

O grupo étnico mais numeroso, o Tikuna, habitante, principalmente, do Alto Rio Solimões, nos Municípios de Benjamin Constant e Tabatinga (vizinhos dos "isolados" do Vale do rio Javari). Ocupando 26 "Terras Indígenas", das quais cinco não se tem registro, constitue uma população de mais de 30.000 pessoas que somadas aos 4.200 habitantes no Peru e aos 4.535 na Colômbia perfazem um contingente humano de 38.735 indivíduos. Em contrapartida, o grupo mais exíguo é constituído pelos Juma, apontados pelo ISA (Instituto Sócio Ambiental), como possuidores de sete representantes e pela FUNAI de apenas três pessoas. Por outro lado, o grupo mais "espalhado", é o Mura, que encontra-se distribuído em 46 "Terras indígenas" conhecidas, cuja população não ultrapassa 8.000 pessoas. Isto porque, tanto nos documentos da FUNAI, quanto nos do ISA, só existem dados sobre 34 "Terras Indígenas" das 46 existentes, ou seja, de 12 delas não se possuem informações.

Em termos de estágio de desenvolvimento tecnológico, a diversidade é também expressiva, alguns grupos ainda são seminômades, como os Maku do Alto Rio Negro, outros usuários da internet, como os Tukano, habitantes da mesma região.

Culturalmente, constitui um mosaico extremamente rico e variado, tanto em termos da cultura imaterial e simbólica, quanto da material. Neste campo, dominam diferentes linguagens artísticas, mesmo que o produto saído de suas hábeis mãos tenha finalidade utilitária.

Assim, na escultura, em pau molongó ou balsa e muira-piranga (confundida com o pau-brasil), os Tikunas são inigualáveis, produzindo objetos antropomorfos (forma humana) e zoomorfos (forma do animal). Na cerâmica, das frágeis e delicadas Hexykariana, e Wai-Wai, pintadas e recobertas de resina, às de grandes dimensões dos Marubo, apresentam uma riqueza plástica fantástica. No campo da pintura, corporal e facial ou aquelas sobre diferentes tipos de suporte, também são exímios. A título de exemplo citam-se, a pintura facial dos Yanomami e a executada sobre entrecasca de tururi Tikuna. Mas é no campo da cestaria e do trançado que são inimitáveis. No caso da primeira, a cestaria, utilizam diferentes tipos de palhas e cipós naturais ou tingidos e as duas ao mesmo tempo, produzindo uma gama infinita de formas, tamanhos, de acordo com a finalidade a que se destinam. Nesta categoria, basta lembrar, os cestos propriamente ditos, os quais se destacam aqueles que a sociedade envolvente e principalmente os comerciantes, chamam de jarros ou garrafas Tukano, os abanos, peneiras, redondas ou quadradas, as esteiras, até as pulseiras Waimiri Atroari em tala de

arumã. Na outra categoria, trançados, as redes de tucum Tukano, Tikuna e outros mais, as bolsas do mesmo material ou de fibras diversas, as esteiras etc., além dos objetos copiados da sociedade envolvente, como centros-de-mesa, porta-revistas, dentre outros. A arte da plumária é uma prática que vem sendo abandonada ao longo desses mais de 500 anos de contato com o europeu, mas ainda passível de ser encontrada entre os Hexykariana e Wai-Wai. Na produção de instrumentos de som/ritmo, chama a atenção, o tradicional "trocano" Tukano de tronco de árvore e as pequenas flautas de taguara (tipo pan) utilizados no ritual do Carriço Tukano ou as confeccionadas com ossos de animais (Hexykariana e Wai-Wai) e as de caroço de mari (Tikuna), além dos bastões, maracás e chocalhos (usados nos bastões, ou mesmo nos braços e pernas).

Aos exemplos da cultura material, citados, inclusive uma infinidade de outros mais. De um modo geral, todos eles, desde o momento da confecção até o uso, trazem embutidos reflexos da expressão imaterial e simbólica, como também da própria organização social do grupo ao qual pertence o artista que elaborou o objeto. Mas essas informações passam desapercebidas da sociedade, já que o hiato existente entre a produção do objeto, o atravessador que compra e a loja que o comercializa, é instransponível. Tanto assim, que é comum os profissionais ligados à temática indígena, encontrarem objetos de um grupo identificados como pertencendo a outro grupo. Mas estas distorções, não são prerrogativas dos comerciantes. É comum encontrar-se em Museus, os mesmos problemas, já que o abismo existente entre o coletor, a chegada no Museu, o inventário ou tombo com a devida identificação da peça e a remessa para uma vitrine ou mesmo para a Reserva Técnica (local de guarda do acervo quando não está exposto) é, muitas vezes, além de acidentada, ineficaz, já que em muitos casos, pelo valor estético da peça, passa a figurar como objeto de decoração de algum "chefe" da instituição.

As primeiras tentativas para reverter este quadro caótico são passíveis de ser identificadas na década de 1970, nos trabalhos de profissionais que apesar de abnegados, se constituíram em iniciativas isoladas. A titulo de exemplo, cita-se a experiência do Museu do Índio do Rio de Janeiro: trabalhos de lingüistas propondo educação bilíngüe para os Tikunas, como forma de resgate e fortalecimento da identidade cultural do grupo. Um outro, documentação filmográfica de grupos indígenas em diferentes estágios de contato. Um outro ainda, estudo da cerâmica kaingang com a última especialista viva. Este último, do qual participamos intimamente teve repercussões extremamente interessantes, das quais cita-se o interesse das mulheres jovens de diferentes etnias (já que o Posto Indígena Vanuíre é multiétnico) e da própria filha da ceramista que aprenderam a técnica. O projeto foi interrompido mais a filha continuou a produzir cerâmica junto com a mãe. Tempos depois, de visita à área, já não mais pelo Museu do Índio, mas sim pela Universidade Estácio de Sá !! UNESA (Depto de Arqueologia), ocorreram desmembramentos: o primeiro deles, a inclusão no currículo da Escola do Posto, o ensino obrigatório para as meninas da confecção cerâmica (que não chegou a ser iniciado); o segundo, a criação de uma Biblioteca para o Posto, tendo em paralelo uma específica de Referência sobre a cultura Kaingang (iniciado junto com alunos da UNESA); o terceiro, a participação do Curso de Psicologia da própria UNESA (alvo de uma única ida a área, e que por falta de conhecimento da equipe sobre as culturas indígenas, não foi adiante); o quarto a contribuição da Instituição de Ensino na implantação e manutenção de uma Farmácia (também apenas iniciada); o quinto braço do projeto original, pesquisas arqueológicas na área e a criação de um núcleo de Museu que mais tarde se juntaria a Biblioteca de Referência da Cultura Kaingang e se transformaria num Centro de Referência Cultural

Kaingang. O mestrado concluído, retorno à terra natal, os alunos de arqueologia que participaram da fase inicial colaram grau, novo chefe no Departamento e o Projeto morreu, junto com os sonhos de Levãnire Nhevãnheriqui, conhecida de todos pelo seu "apelido" Candire.

Os anos foram passando, novas iniciativas surgiram, ONGs foram criadas, que de alguma forma contribuíram para que os grupos étnicos também se organizassem em ONGs, novas dissertações, teses, simples monografias foram editadas e tantas outras coisas mais. E a alteração do quadro foi pouco ou quase nenhuma. As distorções continuam a ser perpetradas nas salas de aula, a mídia continua a veicular informações alarmistas ou equivocadas e no Dia do Índio, a no Dia Nacional do Índio!... Nossas crianças de todas as escolinhas brasileiras continuam a ter pintados a carinha, braços e pernas, enfeitam-lhes as cabecinhas com um "cocar" de penas de papel recortado. E as nossas crianças em contrapartida, reproduzindo o discurso oficial do desconhecimento, "pinoteiam feito bonecos de mola, batem na boca, soltando úúúúú!!!".

Enquanto não for introduzida, em caráter obrigatório, a disciplina de Antropologia Cultural, com ênfase nas minorias étnicas, principalmente índios e negros, em todos os cursos da área de humanas, continuaremos a ler e ver muitas vezes, inverdades e absurdos veiculados pela mídia e, no Dia 19 de Abril, ter que esfregar com "bucha" nossas crianças para tirar-lhes a arremedo de pintura corporal realizado pelas zelosas professoras imbuídas do mais alto espírito de civismo.

(*) Arminda Castro Mendonça de Souza é Mestre em Administração de Centros Culturais, Professora de Turismo, Antropologia Cultural e Cultura Popular do Centro Universitário Nilton Lins e de Estudos Brasileiros da Universidade Paulista - UNIP/Manaus.

Fotos: acervo ERCAM

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

Comunicado

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas e da região Norte. O uso deste documento é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais – Lei n. 9.610/98.

Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõe a rede de Bibliotecas Públicas do Estado do Amazonas.

Contato

E-mail : acervodigitalsec@gmail.com

Av. Sete de Setembro, 1546 - Centro
69005.141 Manaus - Amazonas - Brasil
Tel.: 55 (92) 3131-2450
www.cultura.am.gov.br

Secretaria de
Cultura